

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 149**

05/10/07 a 11/10/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).
Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi (bolsista FAPESP), Flávio Augusto Lira Nascimento (bolsista CAPES), Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini (bolsista CAPES).
Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Caroline de Santana Harfuch, Felipe dos Santos, Felipe Cordeiro de Almeida, Juliana Alves da Costa, Juliana Yumi Aoki, Lisandra Crosara e Victor Hugo de Souza Gonçalves.

Governo anunciou mudanças na tributação de importações

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) passou a utilizar-se de medidas *antidumping* provisórias, para lidar com a crescente importação de produtos abaixo do custo. A medida visa acelerar o processo de proteção da indústria nacional, que agora implanta as decisões em 60 dias, contra o prazo de um ano de investigações necessário para a implantação de medidas *antidumping* definitivas. A medida provisória permite a ampliação dos impostos do produto considerado danoso por um período de até 200 dias. Inicialmente, a tributação atingirá sete produtos que, de acordo com o governo, entravam no país com preços artificialmente baixos, prejudicando empresas nacionais. Das sete medidas que a Camex autorizou, quatro se referem a produtos de origem chinesa e duas são de caráter provisório, com validade de seis meses. Há também a revisão na tributação de dois produtos que já eram sobretaxados pelo país e a aplicação de direitos *antidumping* definitivos, que duram até cinco anos. O governo anunciou ainda a redução no Imposto de Importação de 139 máquinas e equipamentos que não são fabricados no Brasil e também a redução de seis para três meses o prazo para responder a pedidos de quedas na tributação de produtos sem similar nacional. A queda na tributação dos bens de capital teve como objetivo, segundo a

secretária-executiva da Camex, Lytha Spíndola, reduzir o custo e estimular o investimento. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/10/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/10/2007).

EUA cobram de Brasil e G20 maior abertura industrial

Os Estados Unidos cobraram uma maior cessão de Brasil e dos demais países do G20 (grupo de países emergentes) na área de bens industriais e serviços. Esta foi a posição defendida em um artigo pela chefe do United States Trade Representative e principal negociadora dos EUA na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), Susan Schwab. A representante americana confirmou a oferta de seu país de diminuir o teto de seus subsídios agrícolas e declarou que a União Européia também mostrou sinais de que consentirá uma queda de suas tarifas de importação, dentro do pedido pelos norte-americanos. Dessa forma, o único empecilho para as negociações seria a redução das tarifas industriais dos países do G-20. Em Genebra, Brasil e Argentina defenderam que fossem garantidas flexibilidades para permitir que setores mais sensíveis da indústria do Mercosul não fossem liberalizados. Uruguai e Paraguai, porém, não deram apoio à proposta do bloco. Alguns países do G20 não se mostraram dispostos a acatar a queda tarifária de seus mercados industriais em cerca de 55% a 66%, como proposto. Apesar disso, o diretor da OMC, Pascal Lamy, se mostrou otimista quanto ao final das negociações de Doha. Em resposta à cobrança dos norte-americanos, no dia 09 de outubro, um grupo de 90 países em desenvolvimento, sob liderança brasileira e indiana, enviou à OMC um documento que apresenta uma nova proposta de resistência à abertura dos mercados a bens industriais. Nesse documento fica expresso que o objetivo da Rodada deve ser o desenvolvimento dos países mais pobres, de tal modo os cortes tarifários para os produtos industrializados não poderiam passar de 50%. A reunião da OMC que debate as questões acima iniciou-se no dia 08 de outubro, e teme-se que a proximidade da data das eleições norte-americanas inviabilize um acordo entre as partes. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/10/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/10/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/10/2007).

EUA negam acusações de Brasil e Canadá

Os Estados Unidos declararam ter notificado, no último dia 04 de outubro, os dados referentes aos subsídios agrícolas concedidos a seus produtores, no período de 2002 a 2005. Esta foi uma resposta às acusações de Brasil e Canadá, que acusaram os EUA de ter superado o limite imposto pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em pelo menos seis dos últimos oito anos. Segundo o negociador-chefe dos EUA para a agricultura na Rodada Doha, Joe Glauber, os

dados foram uma mostra de que seu país está disposto a fazer cortes expressivos em seus subsídios nas negociações. Apesar dos números apresentados se mostrarem dentro do exigido, o embaixador do Brasil na OMC, Clodoaldo Hugueneu, afirmou que os programas classificados como subsidiários estão sendo analisados. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/10/2007).

Segundo grupo de refugiados palestinos chegou ao Brasil

O Segundo grupo de refugiados palestinos, composto por 36 pessoas, chegou ao Brasil. Os imigrantes deixaram a Jordânia onde estavam vivendo desde que foram expulsos de Bagdá, logo após a invasão americana do Iraque. Os refugiados foram acompanhados pelo embaixador brasileiro na Jordânia, Antonio Carlos Coelho da Rocha até o aeroporto de Amã, onde embarcaram para o Brasil, e deverão receber suporte do governo brasileiro até se adaptarem. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/10/2007).

Amorim e Correa conversaram sobre a situação da Petrobrás no Equador

Em decreto publicado no dia 4 de outubro, o governo do Equador aumentou de 50% para 99% a participação do Estado sobre os ganhos excedentes com a venda de petróleo por empresas estrangeiras. Os ganhos excedentes representam toda a receita com a venda do petróleo a preços superiores a um valor de referência estipulado em contrato. Desta forma, o governo ficará com 99% da diferença entre o valor estipulado nos contratos e o valor de venda da produção. Atualmente a Petrobrás produz 32 mil barris diários de petróleo no Equador, e estima que não terá prejuízo com as novas regras. O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, afirmou que não foi comunicado oficialmente da decisão do Equador e que não iria comentá-la. O ministro equatoriano de Minas e Petróleo, Galo Chiriboga, afirmou em entrevista que a medida tomada pelo governo foi apenas a "regulamentação de uma situação de mercado". Ele negou que o ato seja sintoma de insegurança jurídica no país, uma vez que os contratos não sofreram nenhuma alteração com a medida. Apesar da elevação da tributação sobre os lucros obtidos com a venda de petróleo, de acordo com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, a Petrobrás deseja manter suas atividades no país. O ministro brasileiro disse ainda que Brasil e Equador têm uma relação "muito dinâmica" e reafirmou a intenção de reforçar os laços entre os dois países, especialmente na área de biocombustíveis. Além de aumentar a taxa do excedente, o governo equatoriano propõe que sejam negociadas mudanças nos contratos das petrolíferas estrangeiras que deixariam de compartilhar a produção para se tornar prestadoras de serviços, recebendo um percentual sobre o valor do petróleo extraído. Celso Amorim, que se encontrou com o presidente do país, Rafael Correa, no dia 04 e com a chanceler equatoriana, María Fernanda Spinoza, no dia 05 de outubro, afirmou que o governo do Equador mostrou-se

flexível e disposto a negociar com as empresas os termos da redução de sua participação nos lucros extras. No entanto, em seu programa semanal de rádio, Correa afirmou, no dia 6 de outubro, que o decreto de elevação da participação do Estado nas receitas das empresas estrangeiras servirá como um instrumento de barganha para a negociação de novos contratos. Spinosa aproveitou a visita do chanceler brasileiro ao país para informar que o governo equatoriano está perto de aprovar uma licença para a Petrobrás explorar o bloco 31, que fica próximo a uma reserva ambiental, e para anunciar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará seu país em fevereiro de 2008. Amorim por sua vez, reiterou o interesse do Brasil de integrar o Banco do Sul, organismo multilateral de fomento, proposta do venezuelano Hugo Chávez que reúne ainda Equador, Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai, e cuja criação foi recentemente formalizada, em reunião ministerial no Rio de Janeiro, no último dia 08 de outubro. (Folha de S. Paulo – Mundo – 06/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/10/2007; O Globo – Economia – 06/10/2007; O Globo – Economia – 07/10/2007).

Ministério anuncia auditoria nas petroleiras do Equador

O governo do Equador convocou uma reunião com as cinco companhias petrolíferas do país, incluindo a Petrobrás, na qual seus contratos, que vencem majoritariamente em 2012, seriam renegociados. A proposta do governo é que mudar o modelo de contrato de partilha na produção para o de prestação de serviços, que prevê que as petroleiras sejam contratadas da Petroecuador e recebam remuneração fixa para o trabalho de extrair reversas. Alegando que precisavam de mais tempo para consultar suas matrizes, nenhuma das companhias, entretanto, compareceu. Após o cancelamento da reunião o ministro de Minas e Petróleo do Equador, Galo Chiriboga, anunciou que a Direção Nacional de Hidrocarbonetos (DNH) realizará uma auditoria na qual fiscalizará se as petroleiras no Equador realmente cumprem os contratos. O presidente do Equador, Rafael Correa, já sinalizou seu desejo de voltar a participar da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), e, segundo Chiriboga, as autoridades equatorianas devem completar ainda este mês os trâmites legais para que isso ocorra. A Petrobrás, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que ainda está avaliando os impactos. (Folha de São Paulo – Mundo – 09/10/2007; O Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 09/10/2007).

PDVSA contratou compra de navios da Transpetro

O presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobrás para a área de transporte, Sergio Machado, afirmou que a estatal venezuelana Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima (PDVSA) acertou um acordo com o estaleiro Eisa para a construção, no Brasil, de dez navios do tipo Panamax e de transporte de produtos. Machado não soube informar o valor do investimento da estatal venezuelana na

contratação dos navios, mas acrescentou que faz parte do processo de retomada da indústria brasileira. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/10/2007).

Abbas pediu participação de Lula em reunião de cúpula

Mahmud Abbas, presidente da Autoridade Palestina, pediu ao presidente dos EUA, George W. Bush, durante um encontro entre os dois presidentes, ocorrido no dia 24 de setembro em Nova York, que o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, participe da reunião de cúpula sobre o conflito árabe-israelense, marcada para o dia 15 de novembro em Annapolis, nos Estados Unidos. Abbas propôs também a participação da África do Sul, da Índia e da Malásia, que ocupa a presidência de turno da Organização da Conferência Islâmica. De acordo com o deputado Abdullah Abdullah, presidente da Comissão Política do Parlamento palestino, os EUA mostram-se tendenciosos em favor de Israel. Espera-se que a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, leve o esboço de uma lista de participantes da reunião de cúpula, em sua próxima visita a Ramallah, sede da Autoridade Palestina. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/10/2007).

Cristina Kirchner deseja mais investimentos da Petrobrás na Argentina

No dia 03 de outubro, Cristina Kirchner, primeira-dama e candidata do governo às eleições presidenciais argentinas, em reunião com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu mais investimentos da Petrobrás em seu país. Cristina propôs que, caso seja eleita, a Petrobrás associe-se à estatal argentina Enarsa em projetos na América do Sul, em particular na Bolívia. Durante sua visita ao Brasil, a primeira-dama argentina encontrou-se também com o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, em uma reunião de representantes de empresas brasileiras com investimentos na Argentina. No dia 05 de outubro, o presidente Néstor Kirchner suspendeu a interdição de várias instalações da Petrobrás no pólo petroquímico de Dock Sud, no município de Avellaneda, na Grande Buenos Aires. As instalações da empresa haviam sido interditadas no dia 24, sob a alegação de que provocavam poluição. A interdição das instalações da Petrobrás foi suspensa após a estatal brasileira ter anunciado um plano de investimentos de US\$ 70 milhões, na unidade de Dock Sud. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/10/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/10/2007).

Petrobrás pretende adquirir refinaria no Japão

De acordo com a imprensa japonesa, a Petrobrás está concluindo a aquisição de uma refinaria em Okinawa, no sul do Japão, que pertence à ExxonMobil. A estatal pretende adquirir 87,5% do controle da refinaria Nansei Sekiyu, que possui capacidade para processar cerca de cem mil barris diários. Caso a aquisição da refinaria seja concluída, a Petrobrás terá sua primeira base de processamento de

petróleo na Ásia, e a Nansai Sekiyu poderá servir para a estatal exportar petróleo brasileiro para Japão e China. No entanto, a Petrobrás e a ExxonMobil não quiseram comentar o assunto. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/10/2007).

Pedido de libertação de Cacciola foi negado

No dia 05 de outubro, o segundo pedido de *habeas corpus* para libertação do ex-banqueiro Salvatore Cacciola, foi negado pela Justiça de Mônaco. Cacciola está preso naquele país desde 15 de setembro, à espera de julgamento do pedido de sua extradição para o Brasil. Também no dia 5, foram entregues por um representante do Itamaraty à Justiça do principado os originais da sentença da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que condena o ex-banqueiro a 13 anos de prisão por peculato e gestão fraudulenta do Banco Marka, do qual era dono, e o original da primeira ordem de prisão contra Cacciola expedida em 2000. O governo de Mônaco pôs-se a disposição do governo brasileiro caso este precise de ajuda logística em um eventual retorno de Cacciola ao país. Foi anunciado por um porta-voz do Ministério do Estado de Mônaco, no dia 09 de outubro, que o dossiê elaborado pelo Ministério da Justiça do Brasil sobre Cacciola já chegou ao Ministério Público e da Direção de Serviços Judiciários do principado, de modo que a decisão sobre a extradição do acusado sairá em um prazo de dez dias, a partir desta data. O ministro da Justiça Tarso Genro alegou que o atraso na entrega dos documentos à promotora Annie Brunet-Fuster foi de responsabilidade da Embaixada de Mônaco em Paris, e que o Itamaraty tem se esforçado para cumprir os prazos corretamente. (Folha de S. Paulo – Brasil – 11/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/10/2007; O Estado de S. Paulo – Persona – 11/10/2007; O Globo – O Mundo – 09/10/2007).

BIS reuniu-se no Brasil

Foi realizada no dia 08 de outubro, no Rio de Janeiro, a reunião dos integrantes do Comitê de Mercados do Banco de Compensações Internacionais (BIS), que congrega 55 presidentes de Bancos Centrais do mundo todo. A reunião teve como foco a América Latina e as recentes turbulências no mercado internacional causadas pela crise imobiliária norte-americana. A organização existe desde 1930 e o Brasil é membro permanente do comitê. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 07/10/2007).

Deputada europeia defendeu etanol brasileiro

Em entrevista ao jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*, a deputada do Parlamento Europeu e ex-ministra do Meio Ambiente de Portugal, Elisa Ferreira, afirmou que a resistência que o etanol brasileiro enfrenta na Europa tem como origem empresas

de petróleo e outros grupos de interesse. Ferreira também criticou a imposição de um sistema de certificação para a importação de etanol, dizendo que o petróleo importado pela região não enfrenta tantas barreiras como o etanol. (O Estado de S. Paulo – Economia – 07/10/2007).

Programa de cooperação ambiental será nacionalizado

Em reunião liderada pelo presidente Lula, no dia 03 de outubro, decidiu-se que o Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA, da sigla em inglês), programa de cooperação brasileiro na área ambiental cujo principal parceiro financeiro é a Agência Espacial Americana (Nasa), passará a contar com recursos exclusivamente brasileiros. O programa, que completa 10 anos em 2008 e é fruto de acordos internacionais de cooperação científica, é alvo de críticas desde a sua fundação, pois é acusado de ferir a soberania nacional. Para nacionalizar o LBA, o governo brasileiro deverá investir cerca de R\$10 milhões por ano. (O Globo – Economia – 07/10/2007).

Reunião de Ministros debate Banco do Sul

Ministros da área econômica de Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela reuniram-se com o objetivo de definir detalhes do projeto de criação do Banco do Sul proposto pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para financiar projetos de países e empresas latino-americanas. O Chile participou como observador. A ata de fundação do banco, se aprovada pelos presidentes de cada país, deverá ser assinada em Caracas no dia 3 de novembro. A nova instituição, num primeiro momento, privilegiará projetos de integração regional e desenvolvimento econômico. Ainda faltam decidir os critérios econômicos, como o capital inicial e o aporte de cada um dos países membros. O Ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, declarou defender que cada país membro deve contribuir para o capital inicial do Banco do Sul de acordo com a importância de suas respectivas economias. O Governo da Venezuela defende que cada país-membro contribua de acordo com o que considera ser possível. O ministro venezuelano do Poder Popular para as Finanças, Rodrigo Cabeza destacou o caráter diferenciado do novo banco, que será controlado pelos principais tomadores de financiamento e não deverá constituir-se em instrumento de dominação. Todos os membros terão direito a uma cadeira no Conselho de Administração, ocupada pelo ministro da Fazenda ou o cargo correspondente dos países membros, e terão direito a um voto. O ministro da fazenda brasileiro, Guido Mantega declarou ainda não haver decisão sobre quanto o país investirá no novo projeto, mas afirmou que o Brasil será um dos países que mais contribuirá com recursos. Ainda segundo Mantega, outros países sul-americanos que não estiveram presentes poderão se tornar membros. É esperado que o Banco do Sul, que terá sede na Venezuela e sub-sedes na Argentina e na Bolívia, esteja operacionalmente desenvolvido até janeiro de 2008. (Folha de S. Paulo – Dinheiro

– 09/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios - 09/10/2007; O Estado de S. Paulo – Notas E Informações – 10/10/2007; O Globo – Economia – 08/10/2007; O Globo – Economia – 09/10/2007).

Secretário de Comércio dos EUA visita o Brasil

No dia 10 de outubro, o secretário de Comércio do governo dos Estados Unidos, Carlos Gutiérrez, iniciou visita ao Brasil, com objetivo de discutir a aliança formada para promoção dos biocombustíveis e, também, a Rodada Doha. No dia seguinte, em encontro com o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, discutiu-se um acordo entre os dois países a fim de evitar a dupla tributação, visando aumentar os investimentos. Embora o assunto conste da agenda dos dois Estados, a diferença entre os sistemas tributários tem dificultado as negociações. Em março, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush assinaram uma declaração conjunta na qual se comprometeram a redobrar esforços para concluir o acordo. Gutiérrez participou ainda de uma conferência sobre biocombustíveis na Câmara Americana de Comércio (Amcham) conversou com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre a Rodada Doha e formas de aumentar o volume do comércio bilateral. O Secretário americano sugeriu que o Brasil deveria convencer os demais emergentes a apoiarem o acordo proposto a fim de destravar a Rodada. Celso Amorim criticou ainda algumas declarações do representante estadunidense sobre a carga tributária brasileira, a falta de acordo na OMC e à alegada burocracia excessiva em processos administrativos. O ministro declarou que o governo americano promove uma “guerra na mídia”. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/10/2007; O Globo – Economia – 11/10/2007).

FMI aponta Brasil e alguns emergentes como exemplos

No dia 09 de outubro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou um relatório no qual, entre outras informações, o Brasil, a Tailândia e a Nicarágua, são apontados como exemplos de países que promoveram desenvolvimento social a partir do aumento das exportações de produtos agrícolas. Essa afirmação serviu para sustentar o argumento do organismo de que a liberalização comercial é um mecanismo de redução da pobreza no mundo. Contudo, o documento, ainda, indica que “a instabilidade das economias em desenvolvimento apresenta tendência de convergir para a média global. No entanto, vulnerabilidades que não são resolvidas podem fazer as recessões piorarem, como aconteceu no Brasil, no México e na Coreia”. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/10/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/10/2007; O Globo – Economia – 11/10/2007).



Requião faz parceria de TV com canal chavista

A TV estatal Paraná Educativa deverá retransmitir a programação da Telesur, emissora de Hugo Chávez. O acordo direto feito entre o presidente venezuelano e o governador do Paraná Roberto Requião ainda não foi formalizado. A Telesur deverá ser mais uma alternativa dentre os canais internacionais. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 11/10/2007).

Xeque de Dubai chega ao Brasil com planos de negócios para AL

O Sheik Ahmed bin Saeed Al-Maktoum, inaugurou oficialmente a ponte aérea São Paulo-Dubai. Com a expectativa de estabelecer novos negócios entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos, encontrou-se com o Presidente Lula para discutir acordos bilaterais. Saeed está interessado em estreitar relações comerciais com a América do Sul que no primeiro semestre movimentaram U\$ 3,2 bilhões. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/10/2007).